

A IMPORTÂNCIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO ÂMBITO ESCOLAR

Samiri da Silva Mendes; Aline Praxedes de Araújo

(Universidade Estadual da Paraíba- samiry.mendes2010@hotmail.com)

Resumo:

Por ser visto como um continente de historiografia escassa logo, a África passou a ser vista como insignificante para a história oficial, graças a isso durante muito tempo construiu-se uma imagem estereotipada sobre a África mediante a sua quase inexistência nos livros didáticos. Após a inserção da história desse continente no meio escolar passou-se a conhecer a África exclusivamente como produtora de escravizados não dando o devido reconhecimento a suas religiões, cultura, filosofia, e etc. Dessa forma esse olhar simplista e superficial para a África acabou gerando uma série de preconceitos, dentre eles o preconceito religioso. Então, como lidar com esse preconceito religioso que ainda hoje constantemente permeia o ambiente escolar e para além dele? Qual a melhor metodologia para desconstruir a imagem, construída de forma enraizada nas cabeças de pais e alunos, a respeito da África e tudo que a cerca ligando-a diretamente a fome, miséria, escravidão e por vezes a algo diabólico? Pensando sobre o preconceito sofrido por crianças praticantes de religiões de matrizes africanas, o presente artigo busca, com base principalmente no livro da pesquisadora e escritora Stela Guedes Caputo “Educação nos terreiros, e como a escola se relaciona com crianças de candomblé” e no artigo de autoria de Roberta Bivar C. Campos e Juliana Cintia Lima Silva “Quando eu crescer vou escolher minha religião! A reinvenção da religião dos brasileiros através do olhar infantil”, desconstruir esse preconceito plantado, desenvolvido e naturalizado ao longo dos anos tanto para os adultos como para as crianças. Trazendo a tona a necessidade de abordar a temática das religiões de matrizes africanas no ambiente escolar para gerar conhecimento e com isso a desconstrução do preconceito.

Palavras-chave: África, religião, educação infantil.

Abstract:

Being seen as a continent devoid of historiography Africa was seen as insignificant to the official history, because of this for a long time built up a stereotypical image of Africa by its near absence in textbooks. After inserting the history of this continent in the school environment has to know Africa



only as a producer of enslaved not giving due recognition to their religion, culture, philosophy, etc. This way such simplistic and superficial look for Africa has led to a number of preconceptions, including religious prejudice. So, how to deal with this religious prejudice that still constantly permeates the school environment and beyond? What is the best method to deconstruct the image constructed in a ingrained way in the minds of parents and students about Africa and everything about it, linking it directly to hunger, poverty, slavery and sometimes something evil? Thinking about the prejudice suffered by children practitioners of African-based religions, the present article, based mainly on the book of the researcher and writer Stela Guedes Caputo "**Education in the terreiros, and how the school relates to children of Candomblé**" and in the article authored by Roberta Bivar C. Campos and Juliana Lima Cintia Silva "**When I grow up I will choose my religion! Reinventing Brazilian religion through the children's eyes**" deconstruct this prejudice sown, developed and naturalized over the years for both adults and children. Bringing out need to address the issue of religions of African origin in the school environment to generate knowledge and thereby the deconstruction of prejudice.

Keywords: Africa, religion, child education.

INTRODUÇÃO.

Durante anos a história da África era vista de forma irrelevante no âmbito do ensino fundamental e médio nas escolas de rede pública, isso se dava pelo fato de o continente ser visto sempre de forma secundária, relacionado meramente ao escravismo. Segundo PANTOJA (2004) a relação da educação brasileira com a história africana era definida pela desinformação completa. A ausência da África fica explícita nos currículos centradamente eurocêntricos. Era necessário então, que o estudo da história africana fosse compreendido como tão importante quanto o estudo dos outros assuntos já presentes nos currículos e nas escolas. Para isso seria imprescindível entender a África não através dos estereótipos de escravidão e vitimismo, mas valorizá-la enquanto universo histórico-cultural complexo e múltiplo.

Percebendo-se a necessidade de entender a construção da identidade brasileira foi imprescindível compreender e reconhecer, antes de tudo, de que forma essa identidade estava ligada a história africana. Com isso em 1996 há a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases



da Educação Nacional indicando, dentre outras coisas, que o ensino de História do Brasil, conforme o artigo 26 da Lei 9.394, “levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das indígenas, africanas e europeias”. (BRASIL, 1996)

Apesar dos esforços é notável que a história africana continua sendo vista através de lentes preconceituosas e estereotipadas. No anseio por desvincular a África desses estereótipos ainda tão comuns, em 2003 é promulgada a lei de nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras na Educação Básica. Vemos a união entre inúmeros órgãos, que pensam sobre educação, na busca por tornar a história africana conhecida por suas múltiplas realidades, sua religiosidade, seu pensamento filosófico, sua música, sua tradição oral, sua produção artística, entre outros, para além da escravidão, fome, miséria e do olhar negativo de forma geral que esse continente recebe. No entanto, apesar da lei 10.639/03 percebem-se poucas mudanças quanto à preocupação dos discentes acerca do ensino de história africana, apenas recentemente professores e especialistas começaram a desenvolver considerações mais específicas em relação ao lugar da África no ambiente escolar.

Como se desenvolve esse olhar preconceituoso acerca da África e tudo que a cerca?

Apesar de muitas mudanças ainda encontramos inúmeros livros didáticos que adotam uma elaboração metódica e positivista, ou seja, elegendo os “grandes nomes” enquanto mote para discussão, assim como uma abordagem eminentemente europeia, muitas vezes desconsiderando a História da África, primordialmente por esta cultura estar vinculada a oralidade, consequência que a levou a permanecer muito tempo sem fontes escritas, causa que o europeu atribuiu a “falta de civilidade e organização” por não respeitar e entender uma cultura distinta da sua. Características que se refletem até hoje em nossos livros didáticos, não podemos deixar de salientar que nosso modelo de ensino, assim como de construção didática é francesa.

A ausência de debates e trabalho efetivo no ensino fez com que a falta de informação fosse desconstruída. No caso das religiões de matrizes africanas esse preconceito surge pela falta de compreensão da África enquanto cultura, religião, e etc. CRUZ (2011) considera que



“as práticas excludentes e racistas são oriundas, dentre outros, da pouca discussão sobre a história e cultura africana, o que impede um entendimento da cultura e da história brasileira a partir da visão dos afrodescendentes, pois sem esse conhecimento ela se torna uma história unilateral”.

Apesar de muitos debates serem efetivados por grupos militantes da causa afro-brasileira, muito ainda precisa ser executado para que atinja maior número, assim como abordar a democracia racial e religiosa no Brasil para que o negro seja mais incluído, da mesma forma que a sociedade entenda nossa herança cultural da África que está presente em todos os âmbitos da nossa vida. No entanto cabe ao ambiente escolar muito mais que transferir conhecimento, pois é um local de extrema importância que afeta diretamente a construção dos indivíduos, por isso é preciso abordar temas pouco explorados, para desconstruir a ideia de homogeneidade cultural e assim desenvolver o respeito às diferenças para além da sala de aula. Faz-se necessário compreender que a escola serve como ponte entre a afirmação da identidade africana e os alunos que ainda desconhecem o tema e isso só se torna possível através da discussão sobre a religiosidade africana dentro do ambiente escolar.

Por isso o presente artigo busca abordar a importância da discussão sobre as religiões de matrizes africanas nas escolas de ensino fundamental e médio e por meio dessa abordagem reduzir a intolerância religiosa até, possivelmente, chegar a inexistência, e assim desconstruir a ideia de que essas religiões têm ligação ao diabo da crença cristã ocidental.

METODOLOGIA.

A abordagem metodológica utilizada nesse artigo deu-se através de estudos exploratórios e a utilização de pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir dos seguintes materiais: artigos científicos, dissertações, entrevistas e livros. Nesse caso, para o desenvolvimento desse artigo partiu-se de conhecimentos prévios, além de utilizar-se de referenciais teóricos buscando recolher informações que forneceram suporte para as discussões sobre a visão estereotipada da África e a importância de conhecer as religiões de matrizes africanas e ter, no mínimo, um contato singelo com ambientes que as naturalizem de forma a levar a diminuição do preconceito religioso.



Todas as buscas foram realizadas no período entre junho e outubro de 2016. Entre os principais autores que deram suporte teórico a este artigo destacam-se: CAPUTO (2012), e CAMPOS e SILVA (2011), entre outros.

Conforme dito anteriormente, esse trabalho tem a intenção de demonstrar que o enfraquecimento da intolerância religiosa é possível através da união da escola e o respeito ao multiculturalismo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

3.1 A percepção das crianças quanto às religiões de matrizes africanas

Questões sobre a identidade negra estão cada vez mais ganhando espaço em discussões nos mais diversos ambientes, sobre isso GOMES (2003) questiona se essa discussão tem também penetrado o âmbito escolar. Na mesma linha de pensamento nos questionamos se a discussão sobre religiões de matrizes africanas têm se propagado nesse espaço e de que forma as crianças reagem ao conflito entre as informações previamente adquiridas e o esclarecimento sobre tais questões.

Pensando a introdução dos conteúdos das religiões afro-brasileiras, a partir da lei 10.639/03, nos ensinamentos fundamental e médio, de que forma as crianças pensam e vivenciam sua religião e a de seus colegas no âmbito escolar? No trabalho de CAMPOS e SILVA (2011) é possível perceber a falta de conhecimento que as crianças têm sobre as religiões de matrizes africanas, e mesmo as que têm algum conhecimento esse, comumente, lhes é concebido de forma superficial ou cercado por estereótipos o que acaba provocando uma série de preconceitos que as acompanhará durante toda a vida. CAMPOS e SILVA trazem em sua obra dados do Censo do IBGE de 2000 onde “registrou 144 classificações de religiões diferentes. Todavia, se pensarmos em termos de representatividade, a diversidade religiosa é reduzida a três blocos: católicos, com 73,8%, evangélicos com 15,45% da população, e os sem religião compondo 7,3% dos fiéis brasileiros. Destaca-se, por tanto, a forte presença das tradições cristãs em solo brasileiro e a supremacia do catolicismo”.

O cristianismo aparece de forma frequente em todas as instâncias da vida no Brasil, seja privada ou pública. Logo, a naturalização do catolicismo, que já se tornou traço cultural



em um país dito laico, acaba gerando o estranhamento com relação as religiões de matrizes africanas. O que é de certa forma compreensível já que anteriormente a prática de religiões africanas no Brasil era crime, e havia decretos para que os escravizados aderissem ao catolicismo que era a religião oficial. Isso fortalece o pensamento das crianças quando elas não reconhecem, em suas falas, as religiões afro-brasileiras como religiões de fato. “A partir das respostas dadas, foi possível perceber que, mesmo quando elas incluem uma religião não cristã em suas respostas, o candomblé está ausente... algumas crianças afirmaram, inclusive, que os africanos não possuíam religião, por isso aderiram à religião europeia, o cristianismo, enquanto outras a caracterizaram como ‘macumba’, que seria ‘coisa do diabo’; outras ainda a veem apenas como crença, e até mesmo como uma dança”. (CAMPOS e SILVA, 2011; p. 278).

3.2 O sentimento das crianças praticantes de religiões de matrizes africanas

Quando direcionamos o olhar para o outro lado, partindo da perspectiva das crianças que professam religiões de matrizes africanas, percebemos o preconceito que elas sofrem pela falta de conhecimento que seus colegas e pais de colegas têm com relação a essas religiões.

Durante 20 anos a jornalista e pesquisadora Stela Guedes Caputo pesquisou em três diferentes terreiros de candomblé na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, e através dessa pesquisa desenvolveu um trabalho onde expressava a relação das crianças candomblecistas com a esfera escolar. Em sua obra CAPUTO (2012) demonstra através de investigação e entrevistas, a dualidade vivenciada por essas crianças praticantes do candomblé. Se, nos terreiros, por um lado elas se mostram orgulhosas e desenvoltas, por outro, nas escolas, escondem-se e desenvolvem estratégias para fugirem do preconceito direcionado ao candomblé e a seus praticantes.

As crianças iniciadas e criadas nos terreiros, por vezes, desenvolvem funções específicas e demonstram orgulho de sua religião, no entanto “na escola, essas crianças e adolescentes são invisibilizadas e silenciadas” (CAPUTO 2012, ibidem, p. 125), e essa situação se dá apesar da lei 10.639/03, por isso torna-se imprescindível uma maior reflexão sobre o aspecto religioso nas escolas.



As crianças elaboram as mais diversas estratégias para dificultar o reconhecimento de suas crenças religiosas, os artifícios vão desde esconder-se no tocante a identidade religiosa, não se assumir enquanto candomblecista, até dizerem que são católicas tudo isso apenas para esquivar-se da discriminação e intolerância religiosa.

É perceptível o quanto essas crianças sofrem simplesmente por aderirem como prática uma religião relacionada a coisas ruins, como é o caso de Ricardo, uma das crianças entrevistadas por Stela que afirmou que uma de suas professoras o chamou de “filho do diabo” por ser candomblecista, “ela disse que minha religião era do diabo e por isso eu era filho do demônio”. (CAPUTO 2012, ibidem, p. 30).

É lamentável perceber que mesmo com a lei 11.635/07 que instituiu o Dia Nacional de Combate à intolerância religiosa e prevê punição para crimes de discriminação ou preconceito religioso, não tem sido o bastante para desestruturar o preconceito existente, como afirma BARBOSA (1988, p. 72) “as leis no Brasil são distantes, mal conhecidas, muito numerosas e pouco cumpridas”, com isso prevalece a impunidade e a não conscientização dos cidadãos, ainda mais lamentável é notar que se faz necessário uma lei para por fim a algo que nem deveria existir, o preconceito.

Logo, é crucial que a metodologia utilizada para atravessar a ponte entre terreiro e escola buscando a quebra do preconceito tenha como base a discussão sobre multiculturalismo na sala de aula.

CONCLUSÃO.

Por tanto, a percepção de que as salas de aulas são compostas por alunos das mais diferentes culturas, que trazem consigo conhecimento prévio vindo do ambiente familiar, devem levar os professores e a escola a discutirem e desenvolverem projetos que levem os alunos a compreenderem e respeitarem o multiculturalismo e dessa forma resignificar o olhar desses a cerca das religiões de matrizes africanas transformando o ambiente escolar em um local verdadeiramente democrático, que respeita os indivíduos com suas semelhanças e diferenças.

Estudando sobre história africana as crianças de uma escola privada do Recife visitaram um terreiro de candomblé e uma comunidade quilombola e se assustaram ao perceberem que eram “apenas pessoas comuns” (CAMPOS e SILVA, 2011, ibidem p.294). Após seis meses estudando sobre a história da África os alunos dessa escola, apesar de ainda não terem uma noção exata sobre a história africana, passaram a demonstrar respeito às diferenças religiosas, como no discurso de um desses alunos quando questionado acerca de religiões “Seria... uma forma diferente de se comunicar com Deus ou acreditar em Deus”, um outro aluno afirmou “Cada um tem seu Deus da sua maneira”. (Campo e SILVA, 2011, ibidem, p 298).

Por isso é imprescindível que a escola proporcione às crianças o acesso ao conhecimento e com isso a naturalização das religiões de matrizes africanas para, quiçá, um dia o preconceito que vem sendo enraizado ao longo de anos seja desmembrado e tenhamos uma sociedade justa e democrática culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Maria Lúcia Victor. O voto e a pobreza do voto: a ética da malandragem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Lei 11.635 de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm

Acesso em: 09 out. 2016.

CAMPOS, Roberta Bivar C.; SILVA, Juliana Cintia Lima. Quando eu crescer, vou escolher minha religião! A reinvenção da religião dos brasileiros através do olhar infantil. (UERJ), 2011.

CAPUTO, Stela Guedes. Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CRUZ, Amanda Braga. et al. A participação africana na formação cultural brasileira. Visibilidade e desafios. In: COLELHO, W. N. B; SOARES, N. J. B (org.) Estratégias pedagógicas para a abordagem da questão étnico-racial na escola. Belo Horizonte: Mazza, 2011.



GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares em corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural. In: FÁVERO, Osmar. Educação como exercício da diversidade. Brasília: MEC, 2007.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Art. 26. 4 °.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.

PANTOJA, Selma. A África imaginada e a África real. In: PANTOJA, Selma; ROCHA Maria José (orgs.). Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.